

ANA FRAZÃO

EMPRESA, MERCADO E TECNOLOGIA

Angelo Gamba Prata de Carvalho

Coordenadores

Área específica

Direito Econômico

Áreas afins

Direito Empresarial, Direito da Concorrência, Direito Digital

Público-alvo/consumidores

Estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, advogados, magistrados e demais profissionais do direito.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001592



A ideia das pesquisas apresentadas na presente obra é entender a lógica dos fenômenos econômicos, como também as consequências práticas da regulação jurídica. Mesmo no que diz respeito à economia, procuramos trabalhar com posturas que possam ir além da ortodoxia dominante, buscando formas mais abertas e flexíveis para a compreensão do fenômeno econômico, bem como tentando conciliar a análise consequencialista com outros juízos e racionalidades fundamentais para o discurso jurídico.

Assim, os estudos aqui reunidos têm como eixo fundamental a preocupação com a arquitetura jurídica dos mercados a partir de uma perspectiva inter e transdisciplinar, com forte foco em uma visão integrada dos diversos ramos jurídicos – com especial atenção para o diálogo entre Direito Público e Direito Privado –, bem como nos ensinamentos das Ciências Sociais, especialmente da Economia e da Sociologia Econômica.

E55 Empresa, mercado e tecnologia / Ana Frazão, Angelo Gamba Prata de Carvalho (Coord.).-
Belo Horizonte : Fórum, 2019.

384p.; 17 cm x 24 cm
ISBN: 978-85-450-0659-6

1. Direito Econômico. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Digital. I. Frazão, Ana. II. Carvalho,
Angelo Gamba Prata de. III. Título.

CDD 341.378

CDU 346

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas
Técnicas (ABNT):

FRAZÃO, Ana; CARVALHO, Angelo Gamba Prata de (Coord.). *Empresa, mercado e tecnologia*. Belo
Horizonte: Fórum, 2019. 384p. ISBN 978-85-450-0659-6.

Ana Frazão

Advogada e Professora de Direito Civil, Comercial e Econômico da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direito pela UnB, Especialista em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Mestre em Direito e Estado pela UnB e Doutora em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Líder do Grupo de Estudos Constituição, Empresa e Mercado (GECEM).

Angelo Gamba Prata de Carvalho

Advogado. Professor voluntário da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Mestrando no programa de pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPGD/UnB). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Constituição, Empresa e Mercado (GECEM).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
ANA FRAZÃO.....	13

PARTE I

O PAPEL DO DIREITO NA CONFORMAÇÃO E REGULAÇÃO DA EMPRESA E DOS MERCADOS

SOCIOLOGIA DO PODER NAS REDES CONTRATUAIS

ANGELO GAMBA PRATA DE CARVALHO	17	
I	Introdução: fragmentos sobre poder e responsabilidade.....	17
II	A sociologia do poder como ferramenta para o estudo da organização da atividade econômica.....	20
III	O fenômeno das redes contratuais e os desafios impostos à dogmática jurídica	29
IV	A sociologia do poder como instrumento para a aferição da responsabilidade nas redes contratuais	38
IV.1	Poder e autoridade nas <i>networks</i> : dependência econômica e o risco do controle externo.....	40
IV.2	Responsabilidade interna dos membros da rede	42
IV.3	Responsabilidade externa dos membros da rede.....	44
V	Conclusão	45
	Referências.....	46

MERCADORIAS FICTÍCIAS, DIGNIDADE E PREÇO. REFLEXÕES SOBRE DIREITO E MERCADO NO SÉCULO XXI

JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS	51	
I	Introdução	51
II	O caminho da Sociologia clássica para a nova Sociologia econômica.....	52
III	O mercado para o Direito, um breve esboço jurídico-constitucional.....	56
IV	A tese de Karl Polanyi e sua efetivação ao longo do século XX.....	59
V	A resposta jurídico-democrática à autorregulação do mercado: surgimento, apogeu e crise do Estado de Bem-Estar.....	61
VI	As especificidades do caso brasileiro na mercantilização neoliberal pós Constituição de 1988	64
VII	Considerações finais	67
	Referências.....	68

A RELAÇÃO ENTRE PODER ECONÔMICO E PODER POLÍTICO NO PROCESSO ELEITORAL. ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DOS MODELOS BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NO PROCESSO ELEITORAL

RAPHAEL CARVALHO DA SILVA.....	71	
I	Introdução	71
II	A relação entre poder econômico e poder político.....	73
II.1	Fundamentos jurídicos	73
II.2	Modelos teóricos de regulação do financiamento de campanhas.....	77
III	O posicionamento da suprema corte dos Estados Unidos.....	80
IV	O julgamento da ADI nº 4.650 (2015) pelo STF.....	83
V	Considerações finais	87
	Referências.....	88

O PROCESSO DECISÓRIO NA ERA DO "BIG DATA". ÉTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

MARIA CRISTINE BRANCO LINDOSO	91	
I	Introdução	91
II	<i>Softwares</i> , processamento de dados em massa, <i>big data</i> e <i>data mining</i>	91
III	Conflitos no uso das novas tecnologias	94
III.1	Correlações estatísticas e discriminação	95
IV	<i>Corporate social responsibility</i> e ética no tratamento de dados.....	99
V	Conclusão	104
	Referências.....	104

PARTE II
EMPRESA, PODER ECONÔMICO E ATIVIDADE ECONÔMICA EM SUAS DIMENSÕES
ORGANIZACIONAIS E FUNCIONAIS

A SUBCAPITALIZAÇÃO SOCIETÁRIA COMO FUNDAMENTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA

MARIANA ROCHA TOMAZ	109
I Introdução	109
II O capital social	110
II.1 Capital social e patrimônio	110
II.2 Funções do capital social	112
III O capital social e a limitação da responsabilidade	114
III.1 Histórico de surgimento da limitação da responsabilidade	114
III.2 A limitação da responsabilidade e a socialização do risco	115
III.3 O capital social como contrapartida à limitação da responsabilidade	118
III.4 Os parâmetros da adequada capitalização	118
IV Subcapitalização e responsabilidade	121
IV.1 Subcapitalização material	121
IV.2 Subcapitalização nominal	123
IV.3 A teoria da desconsideração da personalidade jurídica	124
IV.4 A subcapitalização como fundamento da desconsideração da personalidade jurídica	128
IV.5 Solução para a subcapitalização	131
IV.6 Momento de imputação da responsabilidade	131
IV.7 Sujeito ativo: a análise dos credores	131
V Conclusão	134
Referências	135

FUNDOS DE INVESTIMENTOS E REPERCUSSÕES SOCIETÁRIAS ATUAIS. A RESPONSABILIDADE
DOS ADMINISTRADORES, GESTORES, COTISTAS E CUSTODIANTES E OS DESAFIOS ORIUNDOS
DO CONTROLE EXTERNO, DO *BOARD INTERLOCKING* E DA INFLUÊNCIA DOMINANTE DE
COTISTAS

MARCELO H. G. RIVERA M. SANTOS	137
I Introdução	137
II Da natureza jurídica dos fundos de investimentos	138
II.1 Fundos de investimentos – natureza jurídica de condomínios	139
II.2 Fundos de investimentos – natureza jurídica de sociedades	141
II.3 Fundos de investimentos – natureza jurídica de sociedade com características e regime jurídicos próprios, instituídos por normas regulamentadoras especiais	143
III Das responsabilidades daqueles agentes que atuam no contexto do fundo de investimento	144
III.1 Da responsabilidade do administrador do fundo de investimento	145
III.2 Da responsabilidade do gestor do fundo de investimento	148
III.3 Da responsabilidade do custodiante do fundo de investimento	149
III.4 Da responsabilidade do cotista do fundo de investimento	150
IV Algumas repercussões societárias atuais dos fundos de investimentos	151
IV.1 Controle externo exercido por fundo de investimento	151
IV.2 O desafio do <i>board interlocking</i>	152
IV.3 Influência dominante e relevante de cotistas	153
V Conclusões	153
Referências	155

INVESTIDORES INSTITUCIONAIS E A SOCIOLOGIA ECONÔMICA:
NOVAS FERRAMENTAS PARA O DIREITO ANTITRUSTE?

MÔNICA TIEMY FUJIMOTO	157
I Introdução	157
II O problema dos investidores institucionais	158
III A Sociologia como ferramenta para o Direito Concorrencial	162
IV A concepção de controle de Fligstein	165
V A atuação dos investidores institucionais nas empresas investidas	169
VI Conclusão	174
Referências	175

PARTE III
EMPRESA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E MERCADO

BIG DATA, PLATAFORMAS DIGITAIS E PRINCIPAIS IMPACTOS SOBRE O DIREITO DA CONCORRÊNCIA

ANA FRAZÃO	181
I Introdução	181
II Os impactos concorrenciais dos dados e dos algoritmos	181
III O poder das plataformas digitais e suas repercussões sobre o Direito da Concorrência	183
IV O Direito da Concorrência diante dos desafios gerados pela economia movida a dados.....	187
V <i>Big data</i> e importantes riscos concorrenciais já mapeados no âmbito do controle de estruturas e do controle de condutas	190
VI Necessárias adaptações da metodologia antitruste.....	193
VII Considerações finais	197
Referências.....	197

GIGANTES DA INTERNET. NOVAS FORMAS DE PODER EMPRESARIAL E DESAFIOS PARA O DIREITO ANTITRUSTE

THALES DE MELO E LEMOS	201
I Introdução	201
II Poder muito além do econômico	202
III Desafios para o antitruste.....	205
III.1 Plataformas digitais e efeitos de rede	207
III.2 <i>Big Data</i> , privacidade e vantagens competitivas.....	211
IV Conclusão	214
Referências.....	215

PLATAFORMAS DIGITAIS. REPERCUSSÕES EM TERMOS DE CONDUTAS ANTICOMPETITIVAS DISCRIMINATÓRIAS

FERNANDA GARCIA MACHADO	217
I Introdução	217
II Plataformas digitais: conceito, vantagens e desafios.....	219
II.1 Interdependência entre agentes e os efeitos de rede.....	220
II.2 Ferramental antitruste aplicável às plataformas: o que muda?.....	223
III Plataformas digitais e condutas anticompetitivas discriminatórias	225
III.1 <i>Margin squeeze</i> e condutas discriminatórias	226
III.2 Condutas discriminatórias no contexto de plataformas digitais integradas verticalmente.....	227
III.3 Regulação de plataformas digitais: discussões sobre alguns princípios norteadores	230
IV Considerações finais	231
Referências.....	232

IMPLICAÇÕES DO *BIG DATA* NA ANÁLISE DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO. UMA BREVE ANÁLISE DO CASO FACEBOOK/WHATSAPP

HELOISA MEIRELLES BETTIOL	235
Introdução	235
I <i>Big Data</i> e mercados digitais.....	237
I.1 Conceito de <i>Big Data</i>	237
I.1.1 Volume.....	238
I.1.2 Velocidade	238
I.1.3 Variedade.....	239
I.1.4 Valor	240
I.2 Dados são a nova moeda para a transformação digital.....	240
I.3 O ecossistema das plataformas digitais	241
I.4 O efeito de rede	242
II Implicações.....	243
II.1 Identificação do mercado relevante.....	245
II.2 Poder de mercado	246
II.3 Barreiras à entrada e rivalidade efetiva.....	247
III Análise do caso Facebook/WhatsApp.....	249
III.1 Breve introdução sobre o caso	249
III.2 Reflexões sobre o caso.....	250
Conclusão	252
Referências.....	252

REPERCUSSÕES CONCORRENCIAIS DAS *DISTRIBUTED LEDGER TECHNOLOGIES* (DLTS)

LEVI BORGES DE OLIVEIRA VERÍSSIMO	255
I Introdução	255
II <i>Distributed Ledger Technologies</i> : conceito, características e tipos	256
II.1 Conceito e características	256
II.2 <i>Blockchain</i> pública e privada (ou por permissão)	257
III A influência competitiva das DLTs	259
III.1 Controle de estruturas: novos modelos de organização empresarial (DAOs e DACs) e o Direito da Concorrência	260
III.2 Controle de condutas: perspectivas	262
IV DLT como ferramenta regulatória	264
V Conclusões	265
Referências	266

ALGORITMOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, MERCADOS. DESAFIOS AO ARCABOUÇO JURÍDICO

CARLOS EDUARDO GOETTENAUER	269
I Introdução	269
II Algoritmos, inteligência artificial e <i>machine learning</i>	271
II.1 Algoritmos	271
II.2 Inteligência artificial e <i>machine learning</i>	272
III O caráter problemático da inteligência artificial	274
III.1 Imprevisibilidade	275
III.2 Incontrolabilidade	276
III.3 Distributividade	276
IV O uso de algoritmos em atividades econômicas	277
IV.1 <i>Credit Scoring</i> e perfilamento social	278
IV.2 Algoritmos de precificação	280
V O regime jurídico da inteligência artificial	281
V.1 A responsabilidade dos algoritmos de inteligência artificial	281
V.2 Colhendo os frutos do trabalho intelectual artificial	283
VI Conclusão	284
Referências	284

O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. DO FOMENTO ESTATAL À REGULAÇÃO

LUCAS PEREIRA BAGGIO	287
I Introdução	287
II O papel do Estado no fomento ao desenvolvimento tecnológico	288
II.1 Aspectos gerais da discussão: qual o papel do Estado na sociedade contemporânea?	288
II.2 Entre o Estado subsidiário e o Estado empreendedor	289
II.3 A opção brasileira consolidada na Constituição Federal	294
III O papel do Estado na regulação da inovação	298
III.1 Contextualização necessária: entre a mudança tecnológica e a segurança jurídica e social	298
III.2 Alguns desafios para a regulação da inovação tecnológica	300
III.3 Alguns limites materiais e temporais à regulação estatal da inovação tecnológica	302
IV Considerações finais	305
Referências	306

REPERCUSSÕES CONCORRENCIAIS DA INTERNET DAS COISAS

MARCELO CESAR GUIMARÃES	309
I Introdução	309
II A internet das coisas no contexto da Quarta Revolução Industrial	310
III O direito da concorrência na economia digital	313
IV IoT e o controle de estruturas	315
V IoT e o controle de condutas	320
V.1 Condutas colusivas	320
V.2 Condutas unilaterais: discriminação comportamental de preços	321
VI IoT e regulação	327
VI.1 Aspectos gerais	327
VI.2 IoT e o regime de responsabilidade concorrencial	328
VII Considerações finais	331
Referências	331

O USO DE ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (*OFFSET*) COMO INSTRUMENTOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM UM CONTEXTO DE ESTADO EMPREENDEDOR

RONALDO BACH DA GRAÇA	335
I Introdução	335
II O Estado empreendedor como modelo de inovação	336
III A tripla hélice da inovação.....	338
IV Chutando a escada	341
V Da imitação à inovação.....	342
VI O <i>offset</i> como proposta.....	344
VII O capitalismo de laços: risco de tudo o que envolve dinheiro público.....	346
VIII Teorias libertárias: o contraponto.....	349
IX Conclusão	351
Referências.....	353

INOVAÇÃO PREDATÓRIA: UM NOVO OLHAR DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA SOBRE AS INOVAÇÕES NA NOVA ECONOMIA

PAULA BAQUEIRO	355
Introdução	355
I Inovação, competição e antitruste: repensando as interações	356
II Inovação predatória: desafios, preocupações e possibilidades	361
II.2 Inovação predatória? Compreendendo o termo e delineando um conceito	362
II.2.1 Desafios iniciais para lidar com o fenômeno.....	363
II.3 A necessidade de um conceito jurídico próprio	364
II.4 Casos na jurisprudência norte-americana	368
II.4.1 <i>California Computer Prods, Inc. v. IBM Corp.</i>	369
II.4.2 <i>Caldera, Inc. v. Microsoft Corporation</i>	370
II.4.3 <i>Intel Corporation</i>	371
II.5 Apontamentos preliminares	373
II.6 Proposição: estruturação de uma regra da razão especializada.....	374
Conclusão	381
Referências.....	382
 SOBRE OS AUTORES.....	 383